

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

316.6 VAL, J\*Psi 45468

BIBLIOTECA

JORGE VALA • MARIA BENEDICTA MONTEIRO  
COORDENADORES

---

# PSICOLOGIA SOCIAL

*9.ª Edição Revista e Actualizada*

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

## Apresentação da 9.<sup>a</sup> edição

Há trinta anos, em 1993, foi publicada a primeira edição de *Psicologia Social*, um projecto que reuniu docentes das principais instituições portuguesas onde o ensino e a investigação em Psicologia Social se consolidaram. Em 2004, na sua quarta edição, os capítulos desta obra foram revistos e actualizados mantendo-se essencialmente a equipa inicial. Na nova actualização da obra que agora se publica, a sua nona edição, procedeu-se a uma revisão mais profunda, alargou-se o corpo de colaboradores, em linha com a expansão da disciplina, e procedeu-se a uma ampliação e aprofundamento dos domínios de pesquisa abordados. Procurou-se, contudo, manter os objectivos do projecto inicial: reflectir a dimensão internacional da investigação contemporânea em psicologia social, integrar a produção científica nacional e ser um bom instrumento de estudo em língua portuguesa para estudantes e investigadores. Em suma, trata-se de apresentar a abordagem teórica e metodológica da psicologia social que oferece, em vários domínios, perguntas e respostas únicas, distintas e que têm contribuído para o alargamento do campo das outras ciências sociais e, no seu conjunto, para o alargamento da nossa compreensão das relações entre indivíduos, grupos e instituições.

Neste ano, 2013, comemora-se o centésimo aniversário da publicação da obra de John Broadus Watson *Psychology as the Behaviorist Views it*. Esta obra foi fundamental para o desenvolvimento das ciências psicológicas e também para a psicologia social. Como bem recordou recentemente Gustav Jahoda na sua obra *History of Social Psychology: From the Eighteenth-Century Enlightenment to the Second World War*, Floyd Allport foi o fundador da psicologia social experimental, uma marca fundamental na evolução e distintividade da disciplina. Sem que se possam esquecer os primeiros trabalhos experimentais de Norman Triplett sobre a *facilitação social*, ainda no final do século XIX, coube a Floyd Allport desenhar o percurso experimental para a psicologia social, projecto que radica na sua profunda admiração pela obra de Watson. A perspectiva experimental em psicologia social não se perdeu, antes se desenvolveu, apesar de abandonado o behaviorismo como modelo dominante por força do impacto da revolução cognitiva que teve lugar a partir de 1947 pela mão de Jerome Bruner e do seu estudo clássico *Value and Need as Organizing Factors in Perception* (1947), reforçado pela obra *A Study of Thinking* (1956).

A psicologia social não se fecha, porém, num método ou numa perspectiva metateórica. Desde o seu início que é marcada pela diversidade. De par com a emergência da psicologia social experimental, o estudo das atitudes sob a influência de Walter Lippman, em 1922, de Bogardus, em 1925, e de Likert, em 1932, entre muitos outros, levou ao desenvolvimento de escalas de medida e de estudos correlacionais. Não devemos também esquecer as análises qualitativas pioneiras sobre as atitudes conduzidas por William Thomas e Florian Znaniecki, logo nos anos vinte, ou os estudos de observação no terreno de LaPierre, nos anos trinta do século passado.

Do ponto de vista metateórico, a diversidade foi também uma marca da psicologia social, mas aqui acompanhada de conflitos e rupturas nunca ultrapassadas de forma coerente. Lembremos a separação proposta por Wundt entre a sua psicologia fisiológica e a sua “psicologia dos povos”; as oposições radicais entre William McDougall, a favor de uma psicologia social construída a partir do conceito de instinto, e Edward Ross, orientado para o estudo do peso das relações sociais e do controlo social nas opiniões e atitudes, tendo ambos publicado em 1908 manuais de psicologia social com grande impacto académico. Poderíamos continuar os exemplos. Mas deixamos aos leitores a identificação e exame crítico destes posicionamentos controversos ao longo dos capítulos do livro e das temáticas que abordam.

Não deixamos, porém, de abrir desde já algumas janelas sobre os debates mais recentes. Há dez anos, a revista *European Journal of Social Psychology* pediu a uma série de autores um exercício prospectivo sobre o que deveria ser o futuro da psicologia social em domínios que são retomados neste

Reservados todos os direitos de acordo com a lei  
Edição da  
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN  
Avenida de Berna | Lisboa  
2013

- Marques, J. M., Abrams, D., Páez, D., e Hogg, M. A. (2001). Social categorization, social identification and rejection of deviant group members. In M. A. Hogg e R. S. Tindale (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology (vol. 3): Group processes* (pp. 400-424). Oxford, UK: Blackwell.
- Mummendey, A., e Wenzel, M. (1999). Social discrimination and tolerance in intergroup relations: Reactions to intergroup difference. *Personality and Social Psychology Review*, 3, 158-174.
- Pettigrew, T. F. e Tropp, L. R. (2005). Allport's intergroup contact hypothesis: Its history and influence. In J. F. Dovidio, P. Glick e L. A. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice: Fifty years after Allport* (pp. 262-277). Oxford, U.K.: Blackwell Publishing.
- Sherif, M., Harvey, D. J., White, B. J., Hood, W. R. e Sherif, C. W. (1961). *Intergroup cooperation and competition: The robbers cave experiment*. Norman: University Book Exchange.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos Humanos e categorias sociais* (Vols. 1 e 2). Lisboa: Livros Horizonte.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., e Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. London: Blackwell.
- Vala, J., Brito, R., e Lopes, D. (1999). *Expressões dos Racismos em Portugal: Perspectivas psicossociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

## Pensamento Social e Representações Sociais

Jorge Vala e Paula Castro

### Introdução

A forma como as pessoas elaboram teorias, crenças e atitudes sobre a realidade social com o objectivo de construir um mundo significativo tem sido objecto de estudo sistemático na Psicologia Social desde os trabalhos iniciais de Bruner, a quem devemos a chamada *revolução cognitiva* (Bruner, Goodnow e Austin, 1956; Bruner, 1990). Num livro recente sobre a psicologia social descrita a partir de motivações básicas, Fiske (2010) considera a motivação para reduzir a incerteza sobre o mundo que nos rodeia como uma dessas motivações fundamentais, de par com o controlo, o sentimento de pertença, a auto-estima e a confiança.

No campo da Psicologia Social, o estudo sobre as formas como as pessoas respondem à necessidade de conhecer tem sido desenvolvido em diferentes perspectivas. Estas perspectivas podem ser alojadas na linha de investigação designada por *cognição social* (e.g., Fiske e Taylor, 1984/2008), nas teorias sobre a *cognição partilhada* ou a *realidade partilhada* (Hardin e Higgins, 1996; Levine e

Higgins, 2001), ou, mais especificamente, na *Teoria das Representações Sociais* (Moscovici, 1961/1976/2000).

Do ponto de vista analítico, o que separa a primeira corrente das restantes é o peso relativo atribuído aos processos cognitivos básicos, em detrimento dos factores sociais e da interacção social, para o entendimento da construção do conhecimento social. Simplificando, podemos dizer que, na perspectiva da cognição social, o que importa conhecer são os processos cognitivos implicados no processamento da informação, ou seja, como a arquitectura da mente formata o conhecimento. As restantes perspectivas, porém, conferem uma atenção maior à análise da interacção entre processos sociais e processos cognitivos e aos seus impactos no pensamento colectivo e individual. Ou seja, estuda-se os mecanismos através dos quais “a cultura dá forma à mente” e como a atribuição de sentido orienta o tratamento da informação, procurando tornar central para a psicologia a noção de *significado* (Bruner, 1990; Ross, Lepper e Ward, 2010). Usando uma distinção proposta por Higgins (2000), no primeiro caso estudamos a “cognição

da psicologia social” e, no segundo, a “psicologia social da cognição.”<sup>1</sup>

Este capítulo adota esta segunda perspectiva. Partimos da hipótese de que as pessoas constroem visões do mundo significantes e que o fazem através da interação social e da comunicação quotidiana, as quais ocorrem em contextos sociais diferenciados. É esta pluralidade de contextos que permite a elaboração de crenças e visões do mundo comuns dentro dos grupos e diferentes entre os grupos. Esta mesma hipótese está na base do conceito de representação colectiva de Durkheim (1898) e na base dos trabalhos pioneiros de Festinger (1954), Lewin (1931) e Sherif (1936) sobre a construção do conhecimento. É nesta mesma orientação que Zajonc e Adelman (1987) propõem o conceito de “significações grupais”, Bar-Tal (1990) propõe o conceito de “crenças grupais” e Hardin e Higgins (1996) inauguraram uma linha de pesquisa sobre a “realidade partilhada”. Neste capítulo considera-se o conceito de *representação social* (Moscovici, 1961/2000) como paradigmático desta perspectiva.

Assim, a primeira parte do capítulo expõe a lógica e os fundamentos do ponto de vista adoptado, visando uma introdução ao que poderemos chamar os princípios básicos do funcionamento do “pensamento social” ou conhecimento social. A segunda parte apresenta uma abordagem clássica do conceito de representação social e da sua evolução, visando a compreensão das suas dimensões, orientações teóricas de análise e metodologias de estudo.

### 1. De que falamos quando falamos em pensamento social?

Harré (1998) propôs uma tipologia dos fenómenos psicológicos organizada a partir de dois eixos. Um eixo que opõe o colectivo *vs.* o individual; e um outro que opõe o público *vs.* o privado. O cruzamento destes dois eixos gera quatro espaços onde é possível situar diferentes fenómenos que envolvem a cognição (Caixa 1). O pensamento social situa-se no quadrante definido pelo público e pelo colectivo, opondo-se, nomeadamente, ao individual e ao privado (veja-se ainda Castro, 2003, 2002; Vala, 1993).

Exemplos clássicos do pensamento social em acção são os *rumores*, tal como estudados por Allport e Postman (1965) e a memória social, tal como estudada por Bartlett (1932). Os rumores são formas colectivas de conhecimento, envolvem interações sociais e acontecem no espaço público. Exemplos do pensamento social são ainda as crenças colectivas, como a crença num *mundo justo* (Correia, Vala e Aguiar, 2001; Lerner, 1980). Esta crença refere-se ao facto de agirmos – na maioria dos casos sem nos darmos conta – como se cada um tivesse o que merece e merecesse o que tem. São ainda exemplo de conteúdos do pensamento social as crenças básicas sobre o funcionamento das sociedades democráticas. Concretamente, Katz e Hass (1988), com base em investigação empírica realizada nos EUA e replicada noutros contextos nacionais, propõem que os valores associados ao individualismo meritocrático

<sup>1</sup> De acordo com Higgins (2000), a “psicologia social da cognição” corresponde à pergunta de G. Allport (1968): o que acontece à vida mental do indivíduo quando este entra em relação real ou simbólica com um outro? A “cognição da psicologia social”, ou a abordagem cognitiva da psicologia social, pode ser ilustrada por outra pergunta de Allport: como é que a vida mental do indivíduo influencia a sua relação com os outros?

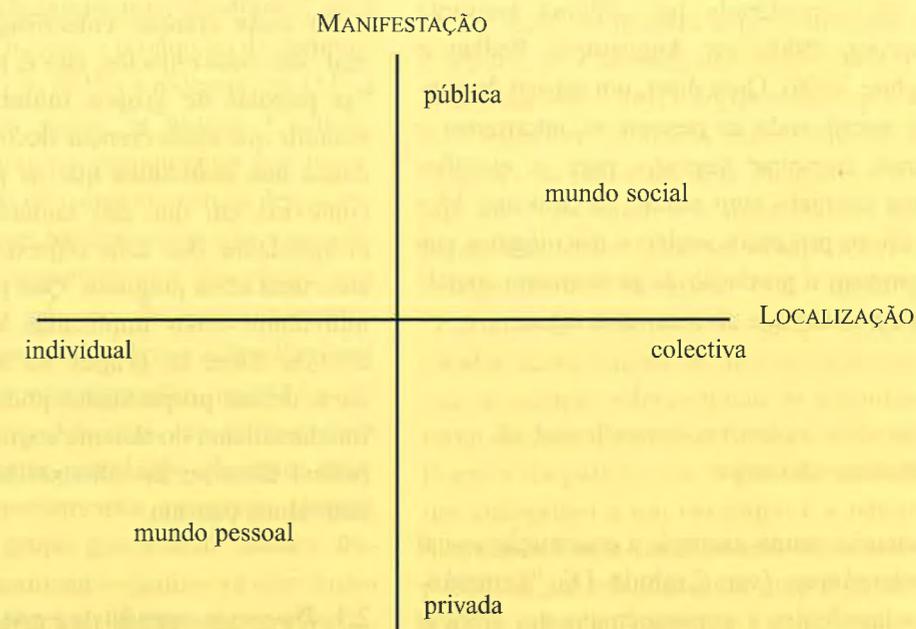
#### CAIXA 1

##### Um espaço conceptual para a Psicologia

Embora as perspectivas do *behaviourismo* e da fenomenologia pareçam muito diferentes, elas partilham um fundamento ontológico e uma problemática epistemológica comuns: são psicologias cartesianas. Tentar construir uma teoria geral das representações sociais sobre uma ou outra das psicologias cartesianas tradicionais é um empreendimento destinado ao fracasso. A fenomenologia não tem espaço para situar de modo verdadeiramente social o cognitivo, da mesma forma que o *behaviourismo* não tem espaço realmente cognitivo para o social.

Em vez de uma oposição bipolar entre mente e corpo – a qual, ao opor subjectivo/objectivo e interno/externo, está na base do cartesianismo – é possível desenhar um espaço conceptual de duas dimensões. A primeira dimensão corresponde ao carácter público – constatável por todos – ou privado – guardado para si – da manifestação de um processo cognitivo ou de um estado afectivo. A segunda dimensão corresponde à localização do processo cognitivo ou estado afectivo – como pertencendo a um indivíduo isolado ou como necessitando do grupo para existir.

O cruzamento destas duas dimensões origina quatro quadrantes sobre os quais se podem localizar diversos fenómenos psicológicos. Tomemos o exemplo da memória. As palavras que se referem à memória aparecem ao mesmo tempo em relatos de recordações pessoais e em relatos criados por instituições e que determinam parcialmente a acção futura de seus membros. Podemos localizar o primeiro caso – o das recordações – no quadrante individual-pessoal e o segundo – da memória institucional – no quadrante colectivo-social.



Texto e figura adaptados de Harré (2001)

(que justificam as desigualdades sociais) e os valores igualitários (que se opõem às desigualdades) coexistem e são ambos idealizados como fundadores da ordem social democrática. No mesmo sentido, Sidanius e Pratto (1999) defendem que as sociedades contemporâneas são sustentadas por mitos legitimadores de orientação oposta: os que legitimam a desigualdade entre grupos sociais (como as teorias raciais, o sexismo ou as teorias nacionalistas) e os que se lhe opõem e promovem a igualdade entre grupos, como a ideia de direitos humanos universais (Spini e Doise, 1998; 1995).

A importância dos processos associados ao pensamento social, para compreendermos a acção social e o próprio funcionamento do sistema cognitivo, foi sublinhada por Moscovici quando propôs o conceito de “sociedade pensante”: assim como a sociedade pode ser considerada um sistema económico e um sistema político, também pode ser considerada um sistema pensante (Moscovici, 1988; ver Augustinos, Walker e Donaghue, 2006). Quer dizer, um espaço de interacção social onde as pessoas se interrogam e procuram encontrar respostas para as questões que, em conjunto com outras, se colocam. Mas quais são os processos sociais e psicológicos que acompanham a produção de pensamento social? É esta a questão que abordamos a seguir.

## 2. Processos cognitivos, contextos sociais e pensamento social

Tomemos como exemplo a construção social dos estereótipos (ver Capítulo IX, “Estereótipos: antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos”). Os estereótipos sobre grupos sociais são crenças largamente partilhadas pelas pessoas sobre os respectivos grupos e sobre

outros grupos. Dito de outra forma, os estereótipos são associações entre categorias sociais e traços ou atributos.

Por exemplo, um estereótipo muito associado aos grupos minoritários é o de que são violentos. De facto, é recorrente a comunicação social, a polícia e a comunicação quotidiana informal associarem os membros de grupos minoritários a comportamentos delinquentes. Muitos se lembrarão que no Verão de 2008 ocorreu uma série de assaltos violentos na região de Lisboa. Em consequência, a polícia, para que a população se sentisse mais segura, desencadeou uma grande operação nos chamados “bairros problemáticos” onde habitam imigrantes e pessoas de origem africana. Embora nenhuma prisão relacionada com aqueles assaltos tivesse sido efectuada, preservou-se a crença de que é nesses bairros que residem os delinquentes. Como explicar esta associação recorrente entre minorias e comportamentos delinquentes? De onde virão estas crenças colectivas? Da “natureza real” dos seus objectos, isto é, no caso presente, “as pessoas de grupos minoritários”? Vamos assumir que essas crenças decorrem de propriedades dos indivíduos que as partilham, e dos contextos em que são enunciadas, e não de propriedades dos seus objectos. Esta hipótese abre uma nova pergunta. Que propriedades dos indivíduos estão implicadas na produção de crenças sobre os grupos ou objectos sociais? Parte dessas propriedades poderão decorrer do funcionamento do sistema cognitivo. Outra parte poderá decorrer do contexto social em que os indivíduos pensam.

### 2.1. Processos cognitivos e pensamento social

A importância dos processos cognitivos, enquanto tais, na manutenção de crenças colec-

tivas pode ser ilustrada com base num estudo de Hamilton e Gifford (1976) sobre correlações ilusórias e estereótipos sobre grupos minoritários. As correlações ilusórias referem-se a uma sobre-estimação da co-ocorrência de dois acontecimentos (ver Capítulo IX, “Estereótipos: antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos”). No estudo referido os participantes eram confrontados com um certo número de frases em que indivíduos de dois grupos diferentes (Grupo A e Grupo B) eram descritos como tendo realizado comportamentos positivos e negativos. Além disso, era dito que o Grupo A tinha o dobro dos membros do Grupo B, sendo deste modo criada a ideia de que o grupo A era maioritário relativamente ao Grupo B. Eram enumerados mais comportamentos desejáveis (27) do que indesejáveis (12) para ambos os grupos. Para o Grupo A: 18 comportamentos desejáveis para 8 indesejáveis; para o Grupo B: 9 comportamentos desejáveis para 4 indesejáveis. Ou seja, a proporção de comportamentos desejáveis (69%) e indesejáveis (31%) era a mesma em ambos os grupos. Contudo, quando era pedido aos participantes que recordassem o número de comportamentos desejáveis e indesejáveis, estes lembravam-se correctamente do número de comportamentos desejáveis, mas subestimavam o número de comportamentos negativos do grupo maioritário e sobrestimavam o número de comportamentos negativos do grupo minoritário. Ou seja, os participantes estabeleceram uma *correlação ilusória*, associando os comportamentos negativos (menos frequentes) ao grupo minoritário (menos frequente). Um mecanismo cognitivo (a correlação ilusória) pode contribuir assim para os estereótipos negativos associados aos grupos minoritários, com consequências pessoais e sociais gravíssimas.

No ponto seguinte, vamos analisar uma outra teoria que nos ajudará a compreender, não o papel dos factores cognitivos nas crenças colectivas, mas o papel de factores sociais na produção dessas mesmas crenças.

### 2.2. Factores sociais e pensamento social

Mostrou-se, numa pesquisa realizada há alguns anos, que a maioria dos jovens universitários europeus pensa que os alemães são competentes, embora não sejam simpáticos, e que os portugueses são simpáticos, mas pouco competentes (Cuddy *et al.*, 2009). Este resultado pode ser explicado no quadro da teoria de Fiske e co-autores (Fiske, Gluck, Cuddy e Xu, 2002) como decorrendo, não de características dos portugueses ou dos alemães, mas do contexto e das relações sociais em que são gerados os traços atribuídos aos grupos humanos.

De facto, no modelo a que chamaram *Teoria Estrutural do Conteúdo dos Estereótipos*, Fiske e colaboradores (2002) argumentam que é possível prever os traços estereotípicos de um exogrupo a partir de dois factores: o estatuto que lhe é atribuído e a natureza das relações percebidas (cooperação *vs.* competição) entre o endogrupo e o exogrupo (ver Capítulo VIII, “Estruturas e dinâmicas de grupo”). Assim, os estudos desta equipa de investigação mostram que as crenças estereotípicas se organizam em torno de duas dimensões fundamentais (competência e simpatia) e que o estatuto atribuído por um endogrupo a um exogrupo e a natureza da interdependência (competitiva ou cooperativa) percebida nas relações entre grupos determinam a forma como um exogrupo é posicionado nessas dimensões pelo endogrupo. Um grupo percebido como tendo alto estatuto e como sendo cooperativo é também visto como *competente e*

*simpático* (por exemplo, no estudo referido, os endogrupos e os seus aliados são definidos desta forma); um grupo visto como tendo baixo estatuto e como sendo cooperativo é percebido como *incompetente e simpático* (e.g., as pessoas idosas, os deficientes); um grupo de alto estatuto e competitivo é percebido como *competente e antipático*; e, finalmente, um grupo de baixo estatuto e competitivo é percebido como *incompetente e antipático*.

### 2.3. A articulação psicossociológica

Mostrámos como processos cognitivos elementares podem estar na base da atribuição de características aos grupos sociais que não têm necessariamente nada a ver com o seu comportamento efectivo. Numa segunda perspectiva, mostrámos como as relações sociais percebidas também interferem na produção de estereótipos. É esta segunda perspectiva que se procura desenvolver quando se fala na construção do pensamento social, sem que a articulação com a perspectiva cognitiva deixe de ser considerada importante. De facto, o que é próprio da psicologia social do pensamento social, como aliás de todo o projecto científico desta disciplina, é a articulação entre níveis de análise (Doise, 1980). O que significa esta articulação quando está em causa a compreensão de formas de pensamento colectivo? Significa compreender, por exemplo, como factores cognitivos e sociais se conjugam para produzir pensamento. Voltando ao estudo de Hamilton e Gifford (1976), o que Schaller e Maass (1989) verificaram em estudos posteriores foi que o efeito das correlações ilusórias sobre os estereótipos opera apenas quando não está em causa o valor do grupo daqueles a quem é pedido um dado julgamento. Ou seja, pertenças sociais e factores cognitivos articulam-se para produzir formas

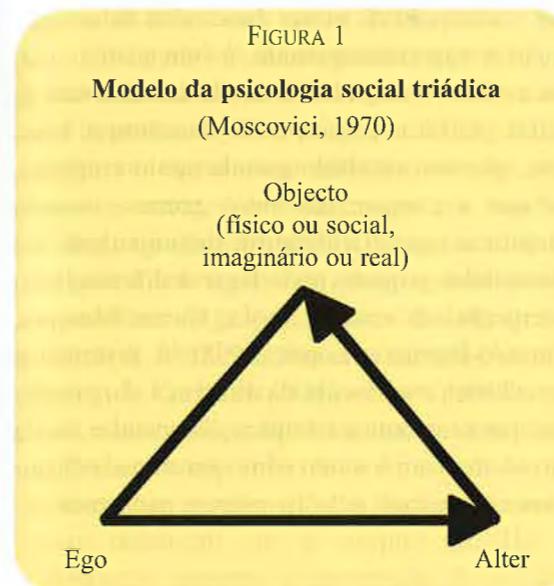
colectivas de pensamento, neste caso – o conteúdo dos estereótipos sobre grupos sociais.

O processo que estamos a descrever torna-se ainda mais claro se evocarmos a hipótese de Moscovici (1976) de que na produção de pensamento intervêm dois sistemas cognitivos (ou um *sistema* e um *metassistema*): “um sistema que procede a associações, inclusões, discriminações, deduções, ou seja, o sistema operativo; e outro que controla, verifica, selecciona com a ajuda de regras lógicas ou não; trata-se de um *metassistema* que trabalha o que o primeiro produziu” (p. 254).

### 3. Interação social e pensamento social

Um novo passo deve ser dado agora. A perspectiva desenvolvida neste capítulo não acentua apenas a importância do contexto social e da articulação entre factores sociais e processos cognitivos na produção do conhecimento quotidiano. Mais do que isso, esta perspectiva aborda a construção de crenças colectivas como um produto de uma “sociedade pensante” (Moscovici, 1988). Quer dizer, entende-se que as crenças e representações resultam da interacção e da comunicação e não são produtos de sujeitos isolados.

Esta perspectiva reenvia o estudo do pensamento social para uma forma mais geral de entendimento da Psicologia Social. Desta perspectiva, esta disciplina estuda “o elo social que constitui a relação entre um Ego (indivíduo ou grupo) e um Alter (indivíduo ou grupo) com vista a analisar as suas relações com o meio, social ou não social, real ou simbólico” (Moscovici, 1970, pp.34-35; ver Figura 1). Assim, o que se propõe neste quadro de análise é que “a relação Sujeito – Objecto é moderada pela intervenção de um outro Sujeito, um Alter, e se torna



uma relação complexa sujeito a sujeito e sujeitos com objectos” (Moscovici, 1984, p. 34). Mais do que as propriedades disposicionais ou estruturais dos indivíduos e dos objectos, mais do que as propriedades estruturais dos contextos, são as modalidades de comunicação entre sujeitos que determinam a relação entre estes e os objectos (ver desenvolvimento adiante, neste capítulo; para outras leituras da perspectiva “triádica” em psicologia social – ego, alter, objecto – ver Bauer e Gaskell, 2008; Jesuíno, 2009; Marková, 2003).

No entanto, como indica Moscovici (1972), a perspectiva acima descrita pode assumir várias modalidades. Pode fixar-se no estudo do “mecanismo de interacção em geral e analisar, para uma dada relação, os efeitos sequenciais e imediatos observáveis a nível do comportamento” (p. 34). Por exemplo, é nesta linha que se pode inserir o estudo da *facilitação social* realizado por Zajonc (1965) (ver Capítulo VIII, “Estruturas e dinâmicas de grupo”).

Esta mesma perspectiva pode, porém, assumir outra modalidade de observação, olhando

para “a relação social como fonte de processos específicos” (p. 34), que devem ser analisados com vista ao entendimento do comportamento social e, como interessa aqui, do pensamento social.

Destacamos três desses processos específicos: a *comparação social* e o consenso a ela associado, como factor que dá garantia subjectiva à qualidade do conhecimento; a *negociação*, subjacente à construção de normas de referência, enquanto significados e imperativos sociais partilhados; a *identidade*, como fonte geradora do consenso e da diferenciação.

Uma questão deve ser agora esclarecida – o que se entende por “objecto” – a propósito do qual os indivíduos ou grupos sociais interagem, comunicam e aos quais atribuem sentido. Estes objectos podem referir-se a objectos quotidianos “novos” (ainda não alvo de sentido), novos acontecimentos, novas pessoas, novas experiências, que nos interpelam e são importantes para o controlo do meio ambiente; como podem também referir-se a objectos já investidos de sentido, seja ele científico, ideológico, religioso, mítico, simbólico, tecnológico, etc. Uns e outros podem ser questionados, definidos e redefinidos no processo de interacção social, embora os graus de liberdade dos indivíduos relativamente aos objectos cujo sentido está já cristalizado (por exemplo, os acontecimentos históricos, os fenómenos religiosos, etc.), seja muito menor.

### 4. Princípios básicos na construção do pensamento social

O pensamento social que produz significados, explicações e avaliações partilhados sobre objectos sociais, é “um momento de chegada”. Passamos a descrever os processos que determinam esse “momento de chegada”.

#### 4.1. Comparação social

Um dos processos básicos implicados na construção do pensamento social é a comparação social. Como propôs Festinger (1954) na sua *Teoria da Comparação Social*: “todo o homem tem uma tendência para avaliar as suas opiniões e aptidões pessoais” e “na ausência de meios objectivos não sociais, uma pessoa avalia as suas opiniões e aptidões comparando-se com outros” (pp. 117 e 118). A reflexão e a pesquisa feitas entretanto permitiram sustentar a ideia de que a comparação social tem importância no conhecimento, não só da realidade social, mas também física (Hardin e Higgins, 1996).

As pessoas comparam entre si opiniões, atitudes e crenças para reduzir a incerteza, integrando-se, assim, num universo de semelhantes, num universo consensual de visões sobre o mundo. Este processo pode levar a fenómenos de pensamento colectivo como o *Pensamento de Grupo* (*groupthink*), ilustrado por Janis (1972), e que mostra como a procura de consenso e coesão nos grupos pode levar à construção de crenças e decisões colectivas que chegam a ameaçar a própria sobrevivência do grupo (ver Capítulos VI, “Processos de influência social” e VIII, “Estruturas e dinâmicas de grupo”).

A comparação social gera, assim, relações sociais baseadas na semelhança de cognições, mas pode também gerar diferenciação. De facto, embora a comparação social tenha sido pensada, sobretudo, como um processo interpessoal ou intragrupal, alguns autores souberam alargá-la às relações intergrupais (ver Guimond *et al.*, 2007; Hogg, 2000). Uma vez olhada no campo mais vasto das relações intergrupais, a comparação social pode gerar ou acentuar diferenciação de crenças entre grupos. Por exemplo, Lemaine (1974) mostrou como a comparação intergrupala pode levar à procura de diferencia-

ção e à criação de novas dimensões de comparação e, em consequência, à inovação social. Da mesma forma, a teoria da identidade social de Tajfel (Tajfel e Turner, 1979) suscitou a hipótese, que tem recebido grande apoio empírico, de que a comparação entre grupos, visando garantir a especificidade ou distintividade das identidades grupais, pode levar à diferenciação intergrupala de crenças (Vala, Garcia-Marques, Gouveia-Pereira e Lopes, 1998). A procura de semelhança e a procura da diferença são processos que orientam a comparação social e, desta forma, marcam o modo como pensamos colectivamente e o que, colectivamente, pensamos.

#### 4.2. Negociação

Com base na ilusão perceptiva de que um ponto luminoso se move quando observado num espaço escuro (*efeito autocinético*), Sherif (1936) realizou um conjunto de experiências clássicas (ver Capítulo VI, “Processos de influência social”). Nessas experiências era solicitado aos participantes que estimassem a distância que supostamente um ponto luminoso havia percorrido. Sherif verificou que: a) quando estas experiências ocorriam em situação de grupo e os participantes não tinham passado previamente pela mesma situação experimental em situação individual, estes serviam-se das estimativas dos outros para construir o seu próprio quadro de referência perceptivo; b) posteriormente, estes mesmos participantes, quando em situação individual, mantinham o quadro de referência que haviam construído em grupo; c) aqueles participantes que, previamente à situação de grupo, haviam construído um quadro de referência perceptivo individual, o abandonavam quando, em situação de grupo, se verificava uma convergência na direcção

#### 4.3. Identidade, consenso e diferenciação de crenças colectivas

A *teoria da identidade social* de Tajfel (1972) e Tajfel e Turner (1979) é recorrentemente invocada para explicar os fenómenos de discriminação e antagonismo entre grupos. Mas esta teoria oferece igualmente bases para o entendimento da construção do pensamento social, normalmente, a partir da hipótese segundo a qual os grupos procuram uma diferenciação positiva entre si, o que levará os seus membros a diferenciarem e investirem de mais valor as suas crenças comparativamente às dos exogrupos (e.g., Jetten, Spears e Manstead, 2001). Da mesma forma, a partir da *teoria da auto-categorização* (Turner *et al.*, 1987), uma reformulação da teoria da identidade social original, foram desenvolvidos modelos que ajudam a compreender as bases grupais e intergrupais do pensamento social. É o caso, por exemplo, do conceito de *metacontrast*, segundo o qual o protótipo (de atitudes, sentimentos, comportamentos) que define um grupo procura maximizar as diferenças entre o endogrupo e outros grupos e, ainda, a minimizar as diferenças dentro do endogrupo (Turner, 1987). No quadro da análise da identidade como um dos princípios organizadores do pensamento social, importa então discutir duas questões: a) as categorias sociais e os grupos a elas associados como um produto do pensamento social; e b) a identificação com os grupos sociais como determinante da diferenciação social de crenças<sup>2</sup>.

Tomemos, como ponto de partida, o processo de categorização social e a génese psicológica dos grupos sociais. É no quadro da relação entre a categorização e a identidade que Tajfel (1972) define a identidade social como o

das estimativas dos outros participantes. Esta experiência poderá ser associada ao processo de construção de conhecimento, ilustrando como este depende de factores grupais e, ao mesmo tempo, em certas circunstâncias, envolve ajustamentos mútuos, convergências que resultam de uma negociação implícita. Aliás, esta orientação para a convergência é mais provável quando os membros do grupo experienciam algum sentimento de identificação com o grupo (Abrams, Wetherell, Cochrane, Hoff e Tuner, 1990).

A negociação é fundamental na construção do conhecimento colectivo e é nesta linha que pode ganhar sentido o facto de alguns estudos terem mostrado que a simples partilha de informação aumenta a percepção de validade subjectiva dessa informação (Hardin e Higgins, 1996). Da mesma forma, a experiência clássica de Lewin (1943) sobre a mudança de hábitos alimentares mostra também que a partilha de informação e a discussão são fundamentais para mudar e cristalizar novos comportamentos.

Esta dimensão de negociação associada ao pensamento social não pode porém deixar esquecer a dimensão de poder e coercividade que está igualmente presente na construção e manutenção do conhecimento colectivo. As normas que regem a dinâmica dos grupos (e.g., França e Monteiro, 2004; Marques e Paéz, 1994) e as várias modalidades de poder (ver French e Raven, 1959) constituem limites à negociação social do significado e impõem-se ao conhecimento emergente (e.g., Batel e Castro, 2009; Howarth, 2006). As *representações colectivas* no sentido de Durkheim (1898), quer dizer, representações em larga medida indiscutíveis, são um tipo de representações que dificulta a emergência de novas representações sobre os objectos sociais.

<sup>2</sup> Retomamos aqui uma proposta teórica já enunciada na 4.ª edição desta obra (Vala, 2000).

reconhecimento da pertença a certos grupos ou categorias sociais, reconhecimento esse que é acompanhado de significações emocionais e avaliativas. Os grupos de identificação são o resultado não só de autocategorizações (Turner, 1985), mas de definições estabelecidas a partir do exterior (Deschamps e Clémence, 1990; Tajfel, 1972). Neste sentido, Brown (1988/1994) propõe que, do ponto de vista psicológico, “um grupo existe quando duas ou mais pessoas se auto-definem como membros de uma categoria, e quando a existência dessa categoria é reconhecida por, pelo menos, um outro” (p. 2). Esta definição corresponde bem à posição de Tajfel, para quem um grupo só existe em relação a outros.

Entendidos desta forma, os grupos são o resultado de uma acção comunicativa, são formações simbólicas (Scott, 1988). Ou seja, as identidades e os grupos não são essências ou entidades, são construções sociais essencializadas e objectivadas no processo de construção social do conhecimento sobre os fenómenos sociais e os grupos humanos (Allport, 1954; Corneille e Leyens, 1994; Rotbarth e Taylor, 1992). A própria ideia de continuidade das categorias sociais (como, por exemplo, a de nação) é o resultado do processo de essencialização e objectivação próprios do senso comum. A dimensão processual dos grupos e das identidades torna-se, ainda, saliente se considerarmos a pesquisa sobre a actualização contextual das categorias sociais realizada no quadro da teoria da autocategorização (ver Oakes *et al.*, 1994 e o Capítulo IX, “Estereótipos: Antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos”) e, mais claramente, na compreensão da construção das categorias sociais através da linguagem e das práticas sociais (Reicher e Hopkins, 2001).

Se o processo de categorização social ajuda a compreender a construção dos grupos sociais e a identificação com esses grupos, é através da

articulação entre os processos de comparação social (Festinger, 1954) e de identificação (Tajfel, 1972) que podemos entender como os indivíduos aprendem, integram e avaliam os atributos que tornam uma dada categoria distinta de outra, ou que dão sentido à identidade social (Tajfel e Turner, 1979). Podemos, então, dizer que, quando os indivíduos respondem à pergunta “quem sou eu?” (Zovalloni, 1972), não só se definem em termos de pertenças categoriais como, também, e simultaneamente, se atribuem normas, valores e representações percebidas como distintas dessas pertenças. Isto é, a resposta à pergunta “quem sou eu?”, encerra a resposta a uma outra pergunta: “O que significa ser membro deste grupo?” A crença de que um grupo existe, e de que se é membro dele, surge, assim, associada com crenças acerca das representações normativas desse grupo e sobre o mundo (Bar-Tal, 1990).

Olhemos agora a outra face desta mesma moeda. Até aqui considerámos que, quando uma pessoa se auto-atribui uma dada pertença categorial, faz decorrer dessa pertença determinadas visões do mundo. Da mesma forma, quando a alguém é atribuída, por outrem, uma determinada posição categorial, espera-se dessa pessoa atributos e crenças concordantes com a posição em que foi categorizada. Neste caso, estaríamos em presença do efeito das profecias autoconfirmatórias (*self-fulfilling prophecies*) (Merton, 1957), com dois tipos de consequências, sublinhadas por Levine, Resnik e Higgins (1993): por um lado, atribuir a uma pessoa uma dada pertença categorial cria a expectativa de que essa pessoa possui, de facto, determinadas crenças; e, por outro lado, quando uma pessoa vê ser-lhe atribuída uma posição social, essa pessoa é levada a questionar a imagem própria e tende a criar expectativas sobre si concordantes com a identidade hetero-atribuída.

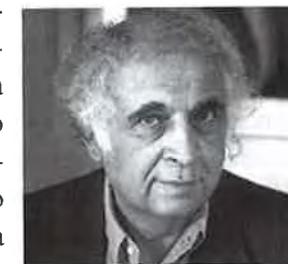
## 5. Pensamento social, cognição social partilhada e representações sociais

O caminho que temos vindo a percorrer visou mostrar como a perspectiva clássica da cognição social necessita de ser completada por visões da actividade cognitiva que nos levem para lá do simples processamento de informação (Varela, 1990). De facto, a cognição social, na sua expressão dominante, acentua os factores intra-individuais implicados no processamento de informação. Contudo, uma modalidade mais recente da cognição social tem estudado a cognição socialmente partilhada (Higgins, 1992; Hinsz, Tindale, e Vollrath, 1997; Levine e Higgins, 2001; Nye e Brower, 1996; Resnick, Levine, e Teasley, 1991; Thompson e Fine, 1999). Nesta perspectiva, a unidade de análise não é já o indivíduo como processador de informação, mas são as interacções interpessoais ou grupais envolvidas na produção de conhecimento que permitem resolver um problema, negociar ou tomar uma decisão conjunta. Esta negociação pode levar à produção de conhecimento local e transitório, mas pode também produzir formas de entendimento estáveis e consensuais com consequências na interacção social (Conley, Rabinowitz, Hardin, 2010). Segundo Tindale e Kameda (2000), esta nova visão da cognição social foi construída a partir de duas grandes correntes de pensamento: o conceito de identidade social ou colectiva (Tajfel e Turner, 1979), e o conceito de representação social proposto por Moscovici (1961/2000). Passamos a analisar, então, o conceito e a teoria das representações sociais.

<sup>3</sup> O primeiro texto publicado em que Moscovici fala de “um esboço de uma teoria das representações sociais” data de 1981.

## 6. As representações sociais

A segunda parte do presente capítulo visa expor a origem da perspectiva das representações sociais e apontar detalhadamente as dimensões, orientações teóricas, metodologias mais usadas e temas de estudo desta abordagem do pensamento social. Em primeiro lugar, apresenta-se a origem do conceito, a sua definição e formas de elaboração. De seguida, mostra-se como a teoria foi evoluindo e como diferentes perspectivas dentro dela vão tentando responder a perguntas específicas.



Serge Moscovici

### 6.1. Origens do conceito de representação social

#### A primeira questão empírica: representações sociais da Psicanálise

O conceito de “Representação Social” foi cunhado por Serge Moscovici na sua dissertação de doutoramento, intitulada “*La Psychanalyse: son image et son public*”, publicada em 1961, em Paris, e reeditada com o mesmo título em 1976. É neste trabalho que se encontra a origem quer do conceito de Representação Social, quer daquela que posteriormente viria a ser chamada Teoria das Representações Sociais<sup>3</sup>. Conceito e teoria, em conjunto, originaram uma abordagem, ou perspectiva, da Psicologia Social, baseada nas premissas já identificadas na Figura 1.

O trabalho inicial pretendia responder ao objectivo de entender, na França dos anos 50, o processo e os resultados da entrada em cena das ideias da *Psicanálise*. Como é sabido, as ideias de S. Freud – durante mais de quarenta anos por ele apresentadas regularmente num vasto conjunto de publicações – interessaram, de início, apenas a conjunto muito restrito de especialistas (o 1.º Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em 1908, em Salzburg, teve cerca de 40 participantes). No entanto, depois das conferências que Freud, em 1910, foi convidado a pronunciar nos EUA, a popularidade das suas ideias começou a aumentar, não só entre os especialistas, como também entre o público em geral. Durante as décadas de 40 e 50, a influência das ideias psicanalíticas constituiu, em algumas sociedades ocidentais, um verdadeiro fenómeno de transformação cultural que ainda não se repetiu, ao mesmo nível, com nenhuma outra teoria psicológica.

Recordem-se alguns indicadores deste impacto: as ideias freudianas influenciaram um movimento artístico com expressão nas artes plásticas e na literatura (o *Surrealismo*); formataram guiões de filmes de Hollywood (como o de *Spellbound*<sup>4</sup>, de A. Hitchcock); fizeram com que a Liga das Nações em 1932 convidasse Freud para, em Cartas Abertas, debater com A. Einstein a relação entre a natureza humana e a guerra. As ideias freudianas levaram ainda milhares de indivíduos aos consultórios dos psicanalistas e renovaram o vocabulário psicológico de incontáveis habitantes do planeta, os quais, sem jamais terem pessoalmente lido uma linha de Freud, passaram a usar nas suas conversas de todos os dias expressões como “trauma de infância”, motivações “inconscientes”, desejos “reprimidos” ou “complexo de Édipo mal resolvido”.

<sup>4</sup> “A casa encantada”, na tradução portuguesa.

Oriundo de um país – a Roménia – onde este fenómeno de transformação cultural era menos visível, Moscovici, que passou a viver em Paris a partir de 1947, optou por abordá-lo na tese de doutoramento. Como refere o próprio, as discussões sobre a psicanálise eram, na época, claramente relevantes na sociedade francesa: em três anos (1953-1956), 230 jornais e revistas não especializados publicaram cerca de 1600 artigos sobre a psicanálise (Moscovici, 1961/2000). O estudo abordou, então, a forma como as noções psicanalíticas haviam atingido a sociedade, tinham entrado nas conversas quotidianas e gerado novas práticas e formas de pensar. Analisou ainda como, neste processo, as noções psicanalíticas tinham assumido versões diferentes em grupos diferentes, sofrido alterações face às ideias originais de Freud e suscitado aceitação em alguns sectores e resistência em outros.

Moscovici (1961/1976) examinava, assim, um fenómeno muito característico das nossas sociedades, que é o facto de a ciência propor constantemente novos objectos de pensamento que desencadeiam um trabalho de reflexão nas sociedades e nos grupos (Moscovici, 1976). Desta forma, ele procurava entender como é que a inovação de origem científica afecta a cultura e pode contribuir para a mudança social e cultural (Moscovici e Marková, 2000, p. 227), alterando o pensamento e o conhecimento social. Em síntese, portanto, o primeiro estudo de Moscovici sobre a representação social da psicanálise focou-se nos processos em função dos quais diferentes versões da psicanálise haviam sido criadas, e os factores que haviam contribuído para a sua diversidade.

### A primeira questão conceptual: representações colectivas versus sociais

Para abordar o complexo fenómeno da apropriação social da psicanálise, Moscovici constatou, desde o início, que era necessária uma teoria que, simultaneamente, levasse em conta dimensões sociais e psicológicas e explicasse tanto o consenso como a diversidade. Destas duas constatações decorrem duas alterações efectuadas por Moscovici à noção de *representação colectiva* (Durkheim, 1898), à qual foi buscar inspiração para a ideia de representação social.

A noção de representação colectiva, desenvolvida por Durkheim (1898) e muito influente na sociologia, pressupunha que as formas características de organização da vida social, em cada sociedade, originam formas de pensar também características – as representações colectivas. Estas representações impõem-se aos indivíduos, mesmo que estes não tenham consciência disso, e justificam as regularidades duradouras que encontramos nas sociedades e nas culturas. As representações colectivas, assumidas como uma realidade social independente dos indivíduos, podiam assim ser investigadas como determinando outros factos do mesmo nível social. Contrariamente, Moscovici (1976) propôs que a noção de representação colectiva tinha dificuldade em dar conta de uma realidade mais característica do tempo presente do que de sociedades anteriores: o facto de, nas nossas sociedades, coexistir uma grande pluralidade de ideias, nela convivendo, por exemplo, diferentes modos de conceber quais as melhores formas de educar os filhos, o que é um bom líder, quais os fins mais válidos que podemos prosseguir como sociedade, etc. Em suma, aquela noção foi considerada insuficiente para

dar conta da diversidade de ideias e de modos de vida das sociedades actuais.

Assim, a primeira modificação que o conceito de representação social introduz, relativamente ao de representação colectiva, é assumir que os modelos que servem para explicar a permanência têm, também, que explicar a mudança e identificar os processos que interligam ambas. Esta ideia, hoje muito central para a psicologia cultural (e.g., Bruner, 2002; Castro e Batel, 2008; Kashima, Klein e Clark, 2007), focaliza a nossa atenção num facto que a noção de representação colectiva não consegue teorizar. Trata-se do facto de a cultura não ser apenas um sistema relativamente estável de significados, mas também um sistema dinâmico, permanentemente constituído e mantido em funcionamento – e, portanto, em adaptação – através de microprocessos de produção de significado, contextualmente produzidos, e que são da ordem da interacção e da comunicação (Giddens, 1979; Jovchelovitch, 2008; Kashima, Klein e Clark, 2007). Vejamos um exemplo: os processos de representação social estão implicados na construção das relações de género (Amâncio e Oliveira, 2006) que variam com as culturas – algumas delas estabelecem uma diferenciação marcada e rígida entre os papéis de pai e de mãe, enquanto em outras eles apresentam maiores semelhanças. Estes papéis não poderiam, porém, ser mantidos em funcionamento e adaptação sem as inúmeras interacções que ocorrem quotidianamente nas famílias e nas quais eles são, permanentemente, quer contestados, quer reafirmados, a propósito de decisões tão banais como as que estabelecem quem se encarrega de ir buscar os filhos à escola, escolher o local de férias, ou fazer o almoço de sábado. Para estas interacções quotidianas há macro-“balizas”

culturais relativamente estáveis – que incluem, por exemplo, as representações sociais do que é ser pai ou mãe, as quais são alvo, quer de reforços, quer de negociações e contestações contextuais (Castro e Batel, 2008; Monteiro e Castro, 1996). O resultado destas negociações vai assegurando, nalguns casos, a estabilidade, e noutros a mudança social, que pode por sua vez ser mais lenta ou mais radical.

Uma síntese das ideias acima expostas pode ser encontrada na seguinte afirmação: “As pessoas perguntam: em que é que o conceito de representações sociais é diferente entre Moscovici e Durkheim? Espero, assim, que a resposta a esta pergunta esteja agora clara. Ao estudar as representações sociais é necessário estudar, tanto a cultura como a mente individual” (Moscovici e Marková, 2000, p. 255), e ainda as “redes de pessoas e das suas interações” (p. 256). Se tomarmos em conta estas precisões, vemos que estudar as representações sociais nos obriga a articular, em simultâneo, três níveis de análise: o cultural, o interactivo e o individual (Castro e Batel, 2008). Moscovici considera que esta articulação tem como precursores clássicos nas ciências sociais, não só Durkheim, mas também Weber e Simmel, como mostrou no seu livro, hoje clássico, *A Invenção da Sociedade* (Moscovici, 2011).

#### **A segunda questão conceptual: inovação e representações sociais em mutação**

A segunda transformação que Moscovici introduziu no conceito de representação colectiva refere-se ao facto de as representações sociais se interessarem pelo estudo das *representações em construção* (“*in the making*”) (Moscovici, 1984b). Estas são representações

que ainda não tiveram tempo para sedimentar, por serem “novas”. Muitas destas “novas” representações são continuamente fornecidas à sociedade pela ciência, pelos seus saberes e pelos seus praticantes. O conceito de representação social vai ser, assim, um instrumento para analisar como se modifica o senso comum ao ser alimentado pelas inovações científicas, e para examinar como as representações de certos objectos – como a infância, a doença mental ou a sexualidade – se vão modificando por influência de determinadas ideias científicas.

Porém, como foi sendo tornado claro com o tempo, o interesse desta abordagem pelas representações em construção não se esgota no estudo da forma como a ciência transforma o senso comum. Pelo contrário, o projecto das representações sociais é examinar como se modifica o senso comum ao ser alimentado, não só pela ciência, mas também por todos os outros sistemas sociais; e analisar como tudo isto ocorre por meio da comunicação, que põe as novas ideias ou propostas em circulação na sociedade e, ao mesmo tempo, as vai alterando.

No presente capítulo consideramos que esta segunda reformulação introduzida pelo conceito de representação social relativamente ao conceito de representação colectiva – a importância conferida à forma como ideias ou acontecimentos inovadores afectam e alteram a cultura e o conhecimento social – é muito relevante. De facto, é esta reformulação que possibilita ao conceito de representação social tornar-se um instrumento de análise da mudança social e cultural, bem como da resistência a esta (Castro e Batel, 2008; Howarth, 2006; Moscovici, 1972).

Assim, neste capítulo temos em conta que as representações sociais e o conhecimento social se modificam por acção de inovações oriundas

da esfera científica, como aconteceu com a psicanálise (Moscovici, 1976). No entanto, assumimos também que as representações se modificam: (1) em função de inovações oriundas da esfera tecnológica (e.g., Bauer e Gaskell, 2002; Castro e Gomes, 2005; Wagner, Kronberger e Seifert, 2002); (2) devido a novidades surgidas na esfera pública, que são muitas vezes protagonizadas por movimentos sociais minoritários, como o movimento ecologista (e.g., Arruda, 1994; Castro, 2002; Lima, Cabral, Vala e Ramos, 2003), ou certos grupos de extrema-direita (Orfali, 2006); (3) graças ao debate, contacto e convivência entre grupos diferentes nas nossas sociedades multiculturais (Jovchelovitch e Gervais, 1999; Wagner *et al.*, 2000); (4) pela pressão de transformações estruturais no ambiente (Flament e Rouquette, 2003); (5) ou ainda estimuladas por inovações legislativas e políticas públicas (e.g., Castro e Batel, 2008; Jensen e Wagoner, 2009).

Para que se torne mais claro como diferentes formas de inovação alteram as representações sociais, vejamos alguns exemplos.

Os estudos de Jovchelovitch e Gervais (1999; Gervais e Jovchelovitch, 1998) sobre a forma como a comunidade chinesa a residir em Londres vai alterando os seus hábitos e representações relativamente à alimentação, à saúde e à utilidade do Sistema Nacional de Saúde inglês, ilustram como a convivência entre grupos diferentes nas nossas sociedades multiculturais altera as representações e o conhecimento partilhado. Estes estudos sugerem que “os Chineses (residentes em Londres) conseguem integrar diferentes sistemas de conhecimento e incorporar novas informações provenientes de tradições diversas” (p. 66). Sugerem, ainda, que a comunidade Chinesa em Londres usa ambos os sistemas – o tradicional chinês e o

da medicina ocidental – de forma a compensar os limites ou falhas de cada um.

Também como exemplo de como a convivência entre diferentes sistemas de saber altera representações, atenda-se ao estudo da forma como em Patna, na Índia, as representações da “doença mental”, da loucura e dos seus tratamentos vão fusionando ideias e práticas tradicionais com ideias e remédios da psiquiatria ocidental (Wagner *et al.*, 2000), embora a expressão de ideias tradicionais seja preferida no contexto privado, da casa, e a de ideias da psiquiatria em contextos mais públicos.

Como exemplo do impacto da inovação oriunda de movimentos minoritários, vejamos os estudos de Orfali (2006) sobre a forma como os franceses – depois do choque causado pelo aumento de votos na Frente Nacional nos anos 80 – começaram a aceitar a existência deste partido enquanto parte da vida política francesa, ainda que a maioria dos cidadãos não tenha mudado a sua avaliação relativamente a partidos de extrema-direita.

Veja-se, ainda, como as inovações legislativas que implicam um maior envolvimento das comunidades na tomada de decisões que as afectam são rerepresentadas e postas em prática por técnicos e decisores de uma forma que minimiza as novidades nelas implicadas (Castro e Batel, 2008).

#### **Uma síntese**

(1) – o conceito de representação social retoma uma noção prévia – a de representação colectiva – para a transformar. É, assim, uma proposta que repete e que diferencia, num mesmo movimento, apontando desde logo para a ideia de que não se pode explicar a perma-

## CAIXA 2

## Definições de representações sociais

“Um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual” (Moscovici, 1981, p. 181).

“Uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um dado conjunto social” (Jodelet, 1989a, p. 36).

“Mais do que crenças consensuais, as representações sociais são princípios organizadores de natureza variada, que não correspondem necessariamente a crenças partilhadas, uma vez que podem resultar em posições diferentes, ou mesmo opostas, de indivíduos em relação a pontos comuns de referência” (Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi, 1993, p. 4).

“Um conjunto organizado de cognições relativas a um objecto, partilhadas pelos membros de uma população homogênea em relação ao mesmo objecto” (Flament, 2003, p. 37).

nência sem a mudança e que, entre o novo e o velho, o pensamento social elabora um tecido contínuo de significados;

(2) – o conceito de representação social indica também que não se pode explicar o individual sem o social, nem vice-versa, e que não há corte entre um e outro nível;

(3) – esta abordagem interessa-se especificamente pela forma como as fontes de inovação transformam o conhecimento social e as culturas, e pelos processos que contribuem quer para acelerar quer para resistir à mudança;

(4) – esta abordagem confere particular relevo à comunicação e ao discurso quotidianos, pois estes constituem os meios através dos quais as representações se elaboram, difundem e transformam.

## 6.2. Representação social: definição e construção

### Definição

Vamos então apresentar algumas definições clássicas do que é uma representação social (ver

Caixa 2). Em seguida, serão abordados: (1) os processos de objectivação e ancoragem, através dos quais se constituem as representações sociais; (2) as três formas de comunicação das representações, que são também formas através das quais são elaboradas: difusão, propagação e propaganda.

### Um conceito e uma teoria

As definições da Caixa 2 apresentam a representação social como um conceito que remete para um fenómeno (Moscovici, 1984b), ou seja, como algo que *está no mundo* e que procuramos entender e explicar. Indicam ainda que esse fenómeno é o resultado das tentativas humanas de produzir sentido, utilizado para comunicarmos e coordenarmos as nossas acções de forma a podermos viver em comunidade (Wagner, 1998). No entanto, a expressão “representação social” refere-se também a uma teoria (Jovchelovitch, 2008; ver também Castro, 2002). Enquanto *teoria* em sentido lato, este quadro analítico indica quais os requisitos epistemológicos necessários para abordar e entender as representações.

### Uma definição aberta

O conceito de representação social foi frequentemente criticado por ser impreciso (Jahoda, 1988). As respostas de Moscovici a estas críticas foram no sentido de considerar essa imprecisão como positiva e necessária. Moscovici (1972, 1976, 1988, 1989) é veemente defensor da necessidade de manter o conceito aberto<sup>5</sup> e de não buscar uma operacionalização fechada que geraria, apenas, mais um conjunto de informações fragmentárias. Assim, para este quadro analítico são bem vindas ligações com outros conceitos, quer os mais, quer os menos abrangentes, e conexões com as outras ciências sociais. Moscovici (1989) torna claro que, ao partir do conceito de *representação*, propõe a Psicologia Social como uma ciência social, tal como a Antropologia ou a Sociologia, e não como uma ciência natural.

Mais recentemente, Liu (2004) sugere que o conceito de representação social seria um tipo de conceito “sensibilizante” (*sensitizing*) e não um conceito “definitivo”, uma distinção que o autor vai buscar a Blumer (1969). Um conceito sensibilizante “oferece ao utilizador orientação e referências para abordar fenómenos empíricos. Enquanto os conceitos “definitivos” oferecem descrições do que se pode esperar observar, os conceitos ‘sensibilizantes’ oferecem indicações sobre a direcção na qual observar” (Liu, 2004, p. 148), o que será mais compatível com um objecto de estudo como as representações sociais: que são históricas, dinâmicas e em mutação constante (ver também, Gergen, 1973).

<sup>5</sup> Claro que este não-fechamento não é característica exclusiva deste conceito. Um conceito tão central na antropologia como o de cultura foi aceitando definições sucessivas e ainda hoje não há total consenso sobre ele. E mesmo sobre um conceito como o de *esquema*, de uma corrente – a Cognição Social – mais preocupada com definições operacionais, é dito: “O conceito geral de esquema é provavelmente o certo, mas ainda tem que ser apropriadamente caracterizado ou formulado” (Markus e Zajonc, 1985, p. 149).

Uma outra dimensão a ter em consideração é que o conceito de representação social é mais abrangente e englobante do que os de valor, crença, esquema ou atitude (Castro, 2006; Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi, 1993; Jaspars e Fraser, 1984; Moscovici, 1976). Neste sentido, para entender as representações, temos que avançar para a análise de como estão agrupados ou interassociados, crenças, valores e atitudes formando constelações organizadas de sentido, a que podemos efectivamente chamar representações (Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi, 1993).

### 6.3. A elaboração das representações sociais

O aspecto destacado na segunda definição apresentada na Caixa 2 remete-nos para a componente dinâmica e processual do conceito de representação social. Ou seja, para a ideia de que o senso comum se modifica pela emergência de novas representações, as quais passam a circular na sociedade e vão reformulando a compreensão e a construção partilhada de certos objectos sociais, como a infância (Ariès, 1960; Monteiro e Castro, 1997), a maternidade (Badinter, 1980), a loucura e doença mental (De Rosa, 1987; Jodelet, 1989b, Morant, 1995, 2006), a violência (Vala, 1981), ou a alimentação (Lhalou, 1998).

Esta componente processual das representações sociais tem duas vertentes. A primeira propõe investigar a génese ou origem das representações. A segunda vertente implica encontrar formas de articular o estudo das repre-

sentenças com a comunicação, em contextos concretos, que podem ser os de uma interacção face a face, ou o dos debates internos que acompanham, por exemplo, tomadas de decisão. A comunicação pode ainda ser mediada, isto é, ocorrer através dos meios de comunicação social, como a imprensa, a televisão, ou a Internet (Marková, 2003). Este duplo entendimento da comunicação – como tendo uma vertente interpessoal e outra mediada – está desde logo patente na organização do livro de Moscovici sobre as representações da psicanálise, onde estas foram estudadas através de duas vias diferentes.

Em primeiro lugar, as representações foram estudadas através da análise de seis grupos – um grupo representativo da população parisiense, outro de “classes médias”, outro de “profissionais liberais”, outro de “operários”, outro de estudantes universitários e outro ainda de alunos das escolas técnicas –, abordados por questionário e, em alguns casos, com entrevistas.

Em segundo lugar, este estudo recorreu a uma análise de conteúdo dos artigos sobre a psicanálise publicados na imprensa francesa. Nesta segunda parte, foram examinadas a imprensa genérica (ex.: *France Soir*, *Elle*), as publicações católicas (ex.: *La Croix*) e as comunistas (ex.: *L'Humanité*). Da análise destes três tipos de publicações, Moscovici conclui que cada um recorre a uma modalidade de comunicação diferente e que estas concretizam diferentes representações da psicanálise.

Abordaremos agora os processos psicológicos e as modalidades de comunicação presentes na construção das representações sociais.

### A objectivação

A objectivação é o processo que permite tornar real um esquema conceptual e dar a uma ideia uma contrapartida material. Para Moscovici (1976, cfr. p. 107) a objectivação é conseguida na sequência de três etapas – a construção selectiva, a esquematização e a naturalização. De acordo com Vala (2000), através da objectivação os elementos constitutivos das representações adquirem materialidade, “tornando-se expressões de uma realidade pensada como natural” e, como tem sido proposto, as realidades pensadas como naturais são mais difíceis de alterar, adquirindo uma estabilidade maior no pensamento social (Rothbart e Taylor, 1992).

Moscovici e Hewstone (1984), numa primeira análise detalhada de como o senso comum elabora representações sociais a partir de material científico, propõem que a objectivação pode desdobrar-se em vários subprocessos (Wagner e Hayes, 2005) que podem ser estendidos a outros domínios que não o da recepção da inovação científica.

Os subprocessos referidos são os seguintes:

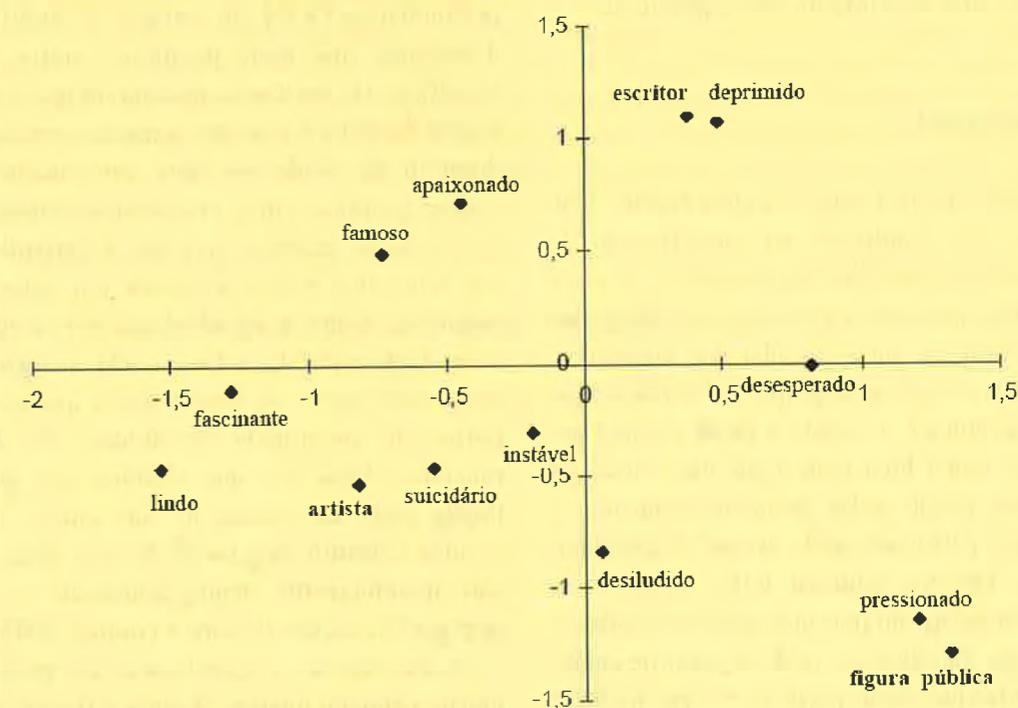
(a) personificação – este subprocesso refere os casos em que figuras públicas ou um grupo social personificam uma ideia complexa, ou um problema multidimensional, substituindo-se a estes e simplificando-os. Exemplos clássicos são a teoria da relatividade personificada em Einstein, a psicanálise personificada em Freud e a teoria da evolução em Darwin. Exemplo clássico é ainda a SIDA personificada inicialmente no grupo dos homossexuais<sup>6</sup>. Veja-se ainda os vários tipos de

<sup>6</sup>Hoje em dia a SIDA não é já tão simplisticamente personificada neste grupo, mas não há dúvidas de que restam ainda no pensamento social traços desta equivalência: um exemplo é o facto de, no nosso país, os homossexuais serem ainda impedidos de doar sangue.

### CAIXA 3

#### Objectivação

Num estudo sobre a forma como o processo de objectivação do suicídio ocorre na imprensa, considerou-se como exemplares do suicídio as individualidades que se suicidaram, ou que fizeram tentativas de suicídio. Nos artigos analisados, identificaram-se 14 personagens, referenciadas em 25 artigos, que foram agrupadas em três categorias: figuras públicas (Maxwell e Diana Spencer), artistas (Marilyn Monroe, Romy Schneider, Miroslava, Elis Regina, Soares dos Reis) e escritores (Camilo Castelo Branco, Florbela Espanca, Mário de Sá Carneiro, Hemingway, Jack London, Sylvia Plath e Césaire Pavese). Para conhecer a representação do suicídio que estes tipos de exemplares objectivam, foi realizada uma análise factorial de correspondências.



O primeiro eixo desta AFC opõe os artistas, qualificados pelos atributos *famoso*, *fascinante* e *lindo*, às figuras públicas, qualificadas pelos atributos *desesperado* e *pressionado*. O segundo eixo opõe as figuras públicas (*desiludido* e *pressionado*) aos escritores (*deprimido* e *apaixonado*). Estamos, assim, perante três tipos de suicídio caracterizados por dinâmicas diferentes: a depressão e a paixão, como uma expressão de uma dinâmica interna perturbada; a pressão externa que faz do suicida uma vítima; e o sucesso que, como sugerem outros resultados, é a expressão de alguém que se excede e é vítima deste excesso.

Texto elaborado por Olga Ordaz, a partir do seu estudo sobre a representação social do suicídio na imprensa (Ordaz e Vala, 1997).